



# ARRANJOS DE AÇÃO COLETIVA EM COMUNIDADES PESQUEIRAS DE MUNICÍPIOS DA BACIA DE CAMPOS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIEGO CARVALHAR BELO\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo investigar os dilemas da ação coletiva presentes em comunidades pesqueiras de sete municípios limítrofes à Bacia de Campos, como forma de identificar os elementos de inibição da ação comunitária e a natureza dos laços sociais formados entre os pescadores artesanais. O estudo utilizou uma metodologia quali-quanti com a análise de dados extraídos de uma pesquisa quantitativa e de dados obtidos em grupos focais, ambos realizados pelo Projeto de Educação Ambiental Pescarte. Segundo a análise dos dados, as comunidades pesqueiras estudadas apresentam dilemas cooperativos que se assemelham a um comportamento familista, com ausência de solidariedade de tipo cívico e prevalência de empreendimentos coletivos restrita à esfera das relações de sociabilidade primária, em razão das dificuldades objetivas de engajamento cívico, decorrentes das precariedades materiais que estão na base de uma decisão racional que corresponde à dedicação exclusiva dos interesses privados.

**Palavras-chave:** Ação coletiva. Cooperação. Pesca Artesanal. Bacia Sedimentar de Campos. Pescarte.

## **Collective action arrangements in fishing communities in municipalities in the Bacia de Campos, in the state of Rio de Janeiro**

**Abstract:** This article aims to investigate the dilemmas of collective action present in fishing communities in seven municipalities bordering the “Bacia de Campos” (Campos Sedimentary Basin), as a way of identifying the inhibiting elements of the community action and the nature of the social bonds formed between artisanal fishermen. The study used a quantitative and qualitative methodology with an analysis of data extracted from a quantitative research and data obtained in focus groups, both carried out by the Pescarte Environmental Education Project. According to the data analysis, the fishing communities studied present cooperative dilemmas that resemble familial behavior, with This article aims to investigate the dilemmas of collective action present in fishing communities in seven municipalities bordering the “Bacia de Campos” (Campos Sedimentary Basin), as a way of identifying the inhibiting elements of the community action and the nature of the social bonds formed between artisanal fishermen. The study used a quantitative and qualitative methodology with an analysis of data extracted from a quantitative research and data obtained in focus groups, both carried out by the Pescarte Environmental Education Project. According to the data analysis, the fishing communities studied present cooperative dilemmas

that resemble familial behavior, with the absence of civic solidarity and the prevalence of collective undertakings restricted to the sphere of primary sociability relations, in reason of the objective difficulties of civic engagement, due to the material precariousness that are the basis of a rational decision that corresponds to the exclusive dedication of private interests.

**Keywords:** Collective Action. Cooperation. Artisanal Fishing. Campos Sedimentary Basin. Pescarte.

---

\* Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e membro do grupo de pesquisa do PEA-PESCARTE. E-mail: carvalharbello@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A teoria da ação coletiva deflagrou no pensamento social um debate fundamental que está focado em esclarecer o dilema que a teoria da escolha racional e dos jogos trata de forma objetiva: existe uma relação inversa entre a ação individual guiada por estratégias racionais para o cumprimento de interesses pessoais e a disposição de cada um em colaborar com outras pessoas. Diante deste debate surge a questão que a teoria da ação coletiva tenta responder: sob quais condições ou incentivos, indivíduos que buscam preferencialmente maximizar os seus interesses colaboram na maximização dos benefícios coletivos? Tal dilema foi debatido por diferentes marcos teóricos, sendo que alguns deles consideram pouco racional a cooperação (OLSON, 2011), enquanto outros advogam que a cooperação é um dilema que pode ser resolvido (AXEROLD, 1984; OSTROM, 2005; TAYLOR, 1987).

Os interrogantes expostos por estes autores suscitaram o presente trabalho de investigação que consiste na análise dos dilemas da ação coletiva que foram identificados em comunidades pesqueiras de sete municípios do estado do Rio de Janeiro limítrofes à região denominada “Bacia Sedimentar de Campos”. Estes municípios compõem um projeto de pesquisa denominado “Projeto de Educação Ambiental Pescarte”<sup>1</sup>, que é uma medida de mitigação dos impactos da indústria petrolífera, exigida pelo IBAMA para o licenciamento ambiental de empreendimentos marítimos de produção de petróleo e gás natural.

Destarte, o objetivo central deste trabalho é investigar os fatores que determinam as possibilidades de construção de ações coletivas entre os pescadores artesanais e os fatores de inibição da extensão destes arranjos coletivos para formas comunitárias que extrapolam os laços de natureza primária. Para cumprir com o objetivo proposto, o trabalho buscou entender as características das distintas relações sociais presentes nas comunidades pesqueiras estudadas, destacando o grau de solidez dos laços sociais, as relações de confiança e cooperação existente entre os pescadores e destes com as organizações sociais da pesca.

## TEORIA DA AÇÃO COLETIVA OU O PROBLEMA DA COOPERAÇÃO

Os estudos relacionados à teoria da ação coletiva abordam diferentes enfoques teóricos, contudo grande parte deles tem se baseado no método econômico da escolha racional. Segundo Elster (2007), a teoria da escolha racional se baseia no pressuposto de que os agentes são racionais e, portanto, adotam crenças racionais derivadas das opções que os agentes possuem ao seu alcance. Sendo assim, uma ação se torna racional quando satisfaz três requisitos básicos: a ação deve ser ótima dada as crenças e preferências dos agentes; as crenças devem ter o melhor respaldo possível das provas e as provas devem ser resultantes de uma inversão ótima do recolhimento de informações. Deste modo, para atender aos seus objetivos egoístas, os indivíduos buscam um conjunto de preferências consistentes, ou seja, ordenadas entre si, e os meios mais adequados para maximização destas preferências. Deste modo, as pessoas se tornariam racionais na medida em que seriam capazes de assegurar e garantir os seus interesses. (ELSTER, 2007; AGUIAR, 1991; SIMON, 1986; TAYLOR, 1987). Segundo Simon (1986), o comportamento racional dos indivíduos está restrito à capacidade de decisão acerca do seu conjunto de preferências. Escolhido as preferências, o comportamento racional passa a ser determinado exclusivamente pelas características do ambiente em que ele ocorre.

Um aspecto da crítica à teoria da eleição racional, assinalado por Aguiar (1991), é que os indivíduos não possuem conhecimento nenhum acerca das preferências individuais de cada

pessoa para entender como ela maximiza os seus interesses. Neste sentido, os indivíduos obtêm apenas informações sobre as preferências individuais por meio das escolhas levadas a cabo por eles, mas não se conhece o conteúdo real, os motivos que configuram a ação e os conceitos e valores que conduzem a ação. Ademais, a maximização dos interesses pessoais dependeria da maximização da informação, no entanto, isto somente seria possível em um contexto de informação perfeita e de ausências de incertezas quanto ao futuro (AGUIAR, 1991). De forma complementar, Simon (1986) ressalta que a capacidade cognitiva dos indivíduos é limitada diante de uma vida real que obriga a execução de cálculos complexos para se alcançar a maximização das preferências.

Em perspectiva com a tese da escolha racional, Mancur Olson (2011) sustenta que a cooperação não é um comportamento racional, a menos que se ofereça incentivos seletivos que estimulem o indivíduo a cooperar (OLSON, 2011). Para o autor, tais incentivos seletivos são oferecidos na forma de um bem privado (positivos) ou na forma de uma coação (negativos). A cooperação em um mundo de indivíduos racionais será sempre um cálculo de custo-benefício. Este cálculo racional inviabilizaria a ação coletiva nos grandes grupos, posto que quanto maior for o grupo, menor será a quota de benefício líquido auferida por cada indivíduo. Sendo assim, o benefício líquido auferido por cada indivíduo tende a diminuir na medida em que mais pessoas estão envolvidas na participação, enquanto os custos de participação (e.g. dinheiro e tempo) permanecem fixos. Isto estimularia o comportamento típico do “carona”: deixar de cooperar, enquanto outros fazem, aproveitando assim dos resultados globais da cooperação (OLSON, 2011).

Deste modo, somente será vantajoso se organizar em torno de grandes grupos, com vistas à obtenção do benefício público, caso se ofereça ao indivíduo um incentivo seletivo. Assim, a teoria do subproduto de Olson (2011) explicaria a existência da organização coletiva na dimensão dos grandes grupos. Conclui-se que a cooperação, para Olson (2011), não nasce do interesse pelo bem coletivo, mas é um subproduto de alguma outra função que a organização desempenha, isto é, a mobilização para obtenção do bem coletivo é efeito secundário dado pelo estímulo que a organização oferece na forma de incentivos seletivos.

No entanto, de acordo com Elster (1991), a tese do subproduto de Olson não oferece solução para uma dimensão do problema da ação coletiva: a da origem da organização coletiva, visto que isto pressupõe um problema anterior de ação coletiva. A tese de Olson (2011) dá conta de explicar somente como a organização coletiva se mantém ao longo do tempo, pela distribuição dos incentivos seletivos, mas não explica como ela foi formada.

Outro enfoque importante do problema da ação coletiva é a teoria dos jogos, que analisa o problema da ação coletiva como um jogo onde os oponentes se deparam com duas opções antagônicas: cooperar ou não cooperar (AGUIAR, 1991; AXEROLD, 1984; KOLLOCK, 1998; PORTILLO, 2013; TSEBELIS, 1998).

A teoria dos jogos observa a interação em pares de jogadores, onde o resultado de cada interação é determinado pela estratégia adotada por cada indivíduo envolvido na interação. Com duas opções possíveis (cooperar e não cooperar) a serem adotadas pelos jogadores, quatro resultados surgem de quatro diferentes situações: cooperar quando o outro coopera (CC); cooperar quando o outro não coopera (CD); não cooperar quando o outro coopera (DC); e não cooperar, seguindo a decisão do outro de também não cooperar (DD). Assim, quando há a decisão dos dois jogadores de cooperarem entre si, os dois são recompensados pelo aumento global dos benefícios. Por outro lado, quando os dois jogadores não cooperam, os dois são penalizados com resultados globais indesejáveis. Em outro caso, é possível que um jogador seja tentado a não cooperar explorando a cooperação do outro. Para os autores da teoria dos jogos, esta é a estratégias que obtêm parcialmente os melhores ganhos (AGUIAR, 1991; AXEROLD, 1984; KOLLOCK, 1998; PORTILLO, 2013; TSEBELIS, 1998). Aqui o problema da ação coletiva se manifesta como o problema do “carona”, que segundo Taylor (1987) está relacionado ao fracasso dos indivíduos egoístas e racionais em promover o interesse comum, levando a uma irracionalidade coletiva, que acabará por promover um resultado geral indesejável.

Não obstante, Axerold (1984) demonstrou que a estratégia de explorar a confiança dos demais jogadores não cooperando quando o outro coopera somente obtém resultados nas primeiras rodadas do jogo, visto que a tendência observada nas próximas rodadas é do outro jogador se

vingar adotando a deserção como estratégia. Neste caso, a tendência para as próximas rodadas é de mútua deserção, pois ambos os competidores acumularão os piores resultados.

Levando em conta que a tentação por não cooperar é sempre grande em um mundo de egoístas e especialmente quando se pode aproveitar da cooperação dos demais, a questão é saber quando a cooperação surge como estratégia mais racional (AGUIAR, 1991; AXEROLD, 1984; KOLLOCK, 1998; PORTILLO, 2013). Esta pergunta foi respondida por Axerold (1984) ao observar o comportamento de pessoas em situações reais, em jogos computacionais parecidos com jogos de xadrez por computador. Por meio destes jogos, Axerold (1984) observou que somente a repetição do jogo pode criar soluções internas satisfatórias que modifiquem a preferência dos indivíduos pela deserção, isto é, em um plano real, somente se os indivíduos voltarem a se encontrar e interagirem repetidas vezes é que poderá surgir a disposição para cooperar.

No esquema explicativo proposto por Axerold (1984), a cooperação surge e pode evoluir baseada na reciprocidade. O autor percebeu isso ao verificar que a estratégia adotada entre os jogadores que mais somou pontos foi a que se baseava na reciprocidade, chamada de “toma lá dá cá”, que consiste em cooperar na primeira rodada e adotar o comportamento recíproco<sup>2</sup> na rodada seguinte. Estes resultados permitiram concluir que a cooperação evolui em um ambiente de confiança e reciprocidade, ou seja, a cooperação depende de um acordo tácito de cooperação entre todos, que somente evolui caso haja cooperação recíproca. Além disso, as estratégias adotadas por “toma lá dá cá” obtiveram o maior êxito na promoção da cooperação por se basear, além da reciprocidade<sup>3</sup>, também na clareza das pautas de comportamento e no comportamento indulgente, isto é, na capacidade de perdoar quando os oponentes mudam o seu comportamento e decidem cooperar com os demais. Estes três comportamentos, junto com a possibilidade dos indivíduos voltarem a se encontrar, favorecem o surgimento da cooperação (AXEROLD, 1984).

Tendo como base as descobertas de Axerold (1984), Elinor Ostrom (2005) demonstrou, em seus estudos, que as soluções propostas pelos teóricos da escolha racional não são as únicas vias capazes de resolver os problemas da ação coletiva na apropriação e gestão dos recursos comuns. A autora propõe uma solução alternativa, consistente com a gestão coletiva dos recursos comuns, onde os sujeitos estabelecem “contratos vinculantes” que os obriguem a se comprometerem com as estratégias cooperativas. Para tanto, afirma a autora, é necessário criar uma estrutura institucional que permita a repartição equitativa dos rendimentos, bem como os custos da exploração dos recursos comuns, no qual levará um “jogo de execução autofinanciada do contrato”, que permite aos contratantes possuir um maior controle sobre as decisões de uso e apropriação do recurso. Para Ostrom (2005), os interesses dos negociadores irão conduzi-los ao controle mútuo das ações, reportando as infrações de modo que se cumpra o contrato. Isto se torna viável, porquanto a construção coletiva do acordo e do benefício comum se constitui em um próprio incentivo para garantir o cumprimento do contrato. Em um “jogo de execução autofinanciada do contrato” na administração e no manejo dos recursos, permitem que os participantes exerçam um maior controle nas decisões e que se instituem mecanismos e formas de controle próprias, mais eficazes e efetivas.

Deste modo, Para Ostrom (2005, p. 78), o dilema da ação coletiva é um problema de organização, isto é de adoção de estratégias coordenadas que possibilitem a obtenção de benefícios comuns e redução de danos. Para tanto, esclarece a autora, é necessário superar a disposição dos atores em explorar os recursos de maneira independente.

O problema de como se transpor de uma situação para outra é um problema típico de ação coletiva, que para a autora se resolve, solucionado estes problemas: 1) provisão de um novo conjunto de instituições; 2) estabelecimento de compromissos críveis; e 3) supervisão mútua dos compromissos estabelecidos. O resultado na solução destes problemas permite entender como é que as organizações que exploram recursos comuns lograram formas e instituições próprias que sobrevivem por muito tempo. Desta maneira, a autora defende que as teorias da ação coletiva tradicionais delimitam a sua análise a uma estrutura que é subjacente ao jogo do dilema do prisioneiro, que por isto mesmo reduzem a análise a um único nível que não dá conta de estudar este tipo específico de instituições. Frente a uma diversidade de experiências que não se enquadram nos marcos teóricos clássicos da ação coletiva, Ostrom propõe uma “investigação que consiste em começar desde um conjunto alternativo de pressupostos iniciais” (2005, p. 88),

adotando como estratégia de investigação “identificar aqueles aspectos de contexto físico, cultural e institucional que com certa probabilidade influem na determinação daqueles que participarão em uma situação, as ações que podem levar a cabo e seus custos” (p. 99).

Por sua vez, Taylor (1991) incorpora na discussão acerca da lógica da ação coletiva o conceito de “comunidade”, ao considerar que a ação coletiva está determinada pelas condições estruturais e situacionais da vida comunitária. A comunidade, para Taylor (1991) possui três propriedades básicas: 1) crenças e valores compartilhados por todos os seus membros; 2) relações e vínculos diretos e amplos e 3) prática da reciprocidade. A partir de uma análise da revolução francesa, russa e chinesa, Taylor concebe que a unidade defensiva frente ao regime senhorial motivou a ação revolucionária das comunidades aldeãs. A condição estrutural dada pelo sistema econômico das comunidades (trabalho coletivo e posse comunal de alguns bens) proporcionou a base para ação coletiva, incluindo a ação coletiva revolucionária, rebelde e de outras mobilizações populares.

Em síntese, Taylor (1991) considera que o sucesso da ação coletiva está determinado por duas condições básicas, dadas pela vida comunitária: a cooperação condicional e a efetividade das sanções aplicadas na regulação da vida comunal. Tais sanções assumem um caráter negativo como a reprovação pela decisão de não cooperar feita pelos companheiros pode incentivar o indivíduo a participação na ação coletiva. Em alguns casos de comunidades menos fortes, por exemplo, onde os incentivos seletivos não eram efetivos e as relações sociais eram mediadas por elites econômicas, a mobilização social era proporcionada pela ação de empresários políticos que organizavam as ações comunais.

## ÁREA E METODOLOGIA DE ESTUDO

O estudo abrange sete municípios fluminenses limítrofes à Bacia Sedimentar de Campos, a saber: Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Macaé e Quissamã, localizados na região norte fluminense, e Arraial do Cabo e Cabo Frio, situados na Região dos Lagos, como pode ser observado na figura 1.

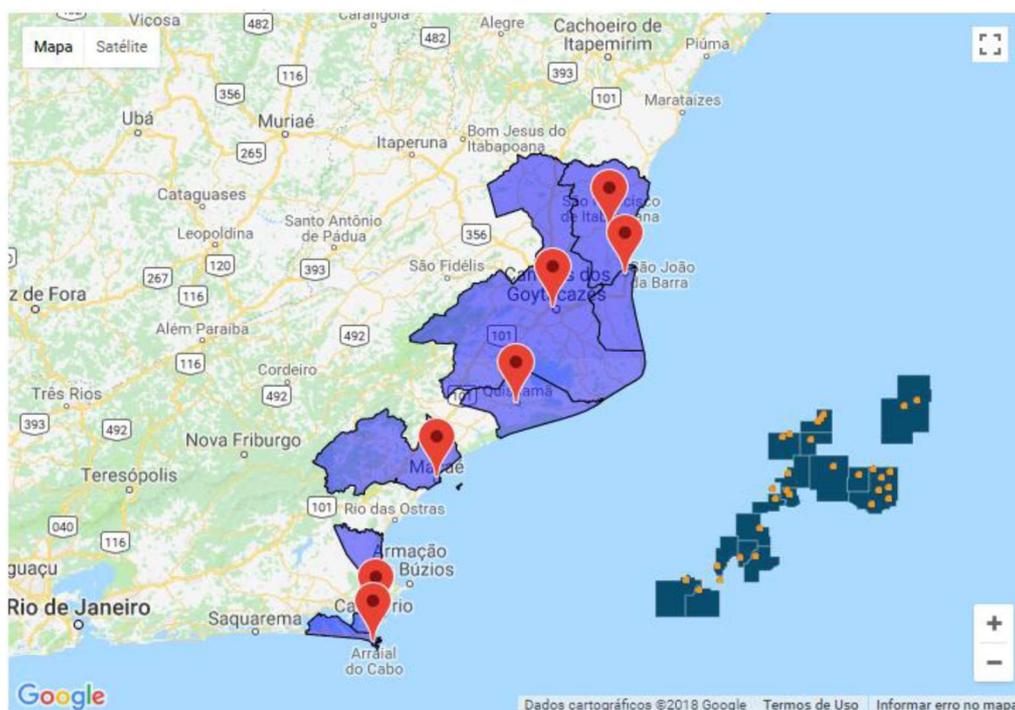


Figura 1 - Localização cartográfica dos municípios do estudo.

Fonte: <http://pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-area-abrangencia&id=6>

Importante mencionar que a denominada Bacia de Campos é uma área sedimentar de importância econômica para o estado do Rio de Janeiro e para o Brasil, por ser responsável por cerca de 80% da produção de petróleo e gás natural do Brasil. Sua posição de destaque no cenário econômico se verifica por ser a maior produtora de petróleo do Brasil e a segunda de gás natural. Sua área de influência territorial está compreendida entre o sul do estado do Espírito Santo e o centro-norte do estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a cerca de 100 mil quilômetros quadrados (PEA-BC, 2020; ANP, 2017).

Para compreensão da natureza dos laços sociais que constituem os principais arranjos de ação coletiva entre pescadores artesanais, a pesquisa se valeu de um corpo de dados quantitativos, gerados a partir de uma pesquisa de investigação quantitativa<sup>4</sup> realizada com objetivos censitários, cuja pretensão era abranger o número total de pescadores, aplicada pelo Projeto Pescarte nos sete municípios de abrangência do projeto. A aplicação do questionário junto aos pescadores artesanais<sup>5</sup> foi conduzida pelos técnicos de campo do projeto, durante o período de dezembro de 2014 a janeiro de 2016, tendo sido aplicado 3.478 questionários domiciliares, abrangendo um total de 10.082 pessoas ligadas direta ou indiretamente à cadeia produtiva da pesca, em 154 localidades de pescadores artesanais, nos municípios pesquisados pelo projeto. Para a execução dos objetivos da pesquisa, foram consideradas apenas as questões relativas à participação social, presentes no bloco temático “capital social e laços fracos”, que verificam os motivos que obstam a participação dos pescadores nas atividades de entidades representativas da pesca, nomeadamente as Colônias e as Associações de Pescadores.

Como complemento aos dados quantitativos, o estudo utilizou-se de um conjunto de dados qualitativos extraídos de grupos focais<sup>6</sup> realizados igualmente pelo Projeto Pescarte. Foram executados ao total vinte e oito grupos focais, conduzidos pela equipe de pesquisadores do projeto, quatro em cada um dos sete municípios do estudo. Os grupos focais estavam divididos em quatro categorias: pescadores homens, jovens, mulheres esposas de pescadores ou trabalhadoras do setor da pesca e um grupo focal misto. Para os objetivos da presente pesquisa, foram considerados somente os dados dos grupos focais realizados com os pescadores e o misto.

Cada grupo focal foi conduzido tendo como subsídio um roteiro único de perguntas para todos os municípios, a fim de que a condução dos grupos tivesse uma formatação única, que unificasse a linguagem e a técnica de dinâmica de grupos, com vistas a posterior comparação dos padrões de resposta identificados nas falas entre os municípios. O roteiro continha uma gama de perguntas que versavam sobre múltiplas questões. Contudo apenas questões relativas à organização social foram consideradas pelo presente estudo. Tais questões versam sobre a confiança dos pescadores nas suas entidades representativas e a confiança interpessoal, expressa pelos laços de solidariedade existentes nas comunidades pesqueiras. Neste sentido, foi selecionado um conjunto de falas que expressa a ótica dos participantes acerca das instituições que interagem com os pescadores, em especial a Colônia e a característica das distintas relações sociais presentes nas comunidades pesqueiras.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

A participação em ações coletivas demanda uma base de motivações que estão expressas em múltiplos fatores que foram apontados nos estudos de Taylor (1991) e Elster (2007) e identificados no campo de estudo, abordados nesta seção.

Tendo como base estes postulados teóricos, o estudo examinou os fatores de inibição da ação coletiva por meio dos fatores que desmotivam a participação na Colônia de Pesca e nas Associações de Pescadores. A escolha por analisar a participação dos pescadores artesanais nestas duas instituições se justifica pelo fato delas serem espaços coletivos de demandas e ações públicas que mais agregam pescadores artesanais nas comunidades, como pode ser notado na Tabela 1<sup>7</sup>, que aborda o percentual de participação dos pescadores em instituições e grupos coletivos. Isto se deve ao caráter de representação de classe destas duas instituições e porque elas controlam os processos de assistência burocrática<sup>8</sup> e social que subsidiam a atividade pesqueira artesanal.

Tabela 1 – Grupos e Instituições que os pescadores artesanais participam.

Municípios	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Campos dos Goytacazes	50,3%	31,9%	0,3%	1%	7%	1%	0,2%	1,2%	3,1%
Macaé	76,2%	51,3%	1,7%	0,7%	20,9%	0,3%	1%	3,3%	6,6%
São Francisco	60,4%	1,7%	0,6%	0,3%	9,9%	1,4%	0,8%	1,6%	2,2%
São João da Barra	48,6%	2,3%	2,5%	1%	2,5%	1,7%	2,1%	5,2%	1,9%
Arraial do Cabo	54%	25,8%	0,8%	2,3%	14,6%	3,6%	3,1%	7,9%	2,3%
Cabo Frio	56%	8,2%	0,4%	1,3%	11,5%	5,7%	2,4%	4,7%	3,6%
Quissamã	76,7%	2,7%	0%	2,7%	10%	0,7%	0,7%	1,3%	2,7%

Fonte: PEA-Pescarte (2015-2016).

Legenda: (A) Colônia de Pesca; (B) Associação de Pescadores; (C) Associação de Aquicultores; (D) Associação de Marisqueiras; (E) Associação de Moradores; (F) Sindicatos; (G) Cooperativas; (H) Partidos Políticos; (I) Associação de Pais e Filhos.

Como é possível notar, a Colônia de Pesca é a única instituição que agrega um percentual de pescadores superior a 50% dos entrevistados que declararam possuir conhecimento da sua existência, com a exceção do município de São João da Barra, pois o percentual de pescadores que integram a Colônia ficou abaixo de 50% do total. Belo e Peixoto (2019) analisaram com mais profundidade os dados desta tabela e constataram que não há uma disposição majoritária dos pescadores artesanais em se envolverem em atividades de cunho coletivo e associativo.

Posto isto, a tabela 2 analisa as motivações para não participação dos pescadores nas ações desempenhadas pelas Colônias e Associações de Pescadores, e é possível notar uma pluralidade nas motivações que obstam a participação dos pescadores nestas ações coletivas de cunho associativo.

Tabela 2 – Motivos alegados para não participação dos pescadores artesanais nas atividades da Colônia e da Associação de Pescadores.

Motivações	Campos dos Goytacazes	Macaé	São Francisco	São João da Barra	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Quissamã
	Colônia de Pesca						
Falta de Interesse	15,4%	31,1%	27%	30,2%	20,1%	31,6%	3,7%
Nunca foi convidado	40,1%	11,5%	24,8%	13,7%	10,1%	12,6%	22,2%
Falta de tempo	12,1%	18,0%	18,9%	33%	15,1%	35,6%	40,7%
Divergência com os líderes das organizações	6,6%	9,8%	3,9%	5,7%	15,1%	1,7%	11,1%
Descrença com esta instituição	4,4%	16,4%	5,1%	4,2%	32,7%	9,8%	11,1%
Aposentadoria	1,6%	1,6%	1,7%	1,4%	3,1%	0,6%	3,7%
Falta de documentos	11%	6,6%	8,2%	8%	0%	1,7%	7,4%
Outros motivos	1,5%	1,6%	5,3%	1,4%	1,2%	1,1%	0%
Não respondeu	4,9%	1,6%	2%	1,4%	2,5%	4%	0%
Não sabe	2,2%	1,6%	3,1%	0,9%	0%	1,1%	0%

Tabela 2 - continuação

	Associação de Pescadores						
Falta de Interesse	21,30%	46,60%	37,30%	44,20%	22%	25,30%	
Nunca foi convidado	28,00%	8,70%	32,20%	30,20%	25,00%	11,60%	11,10%
Falta de tempo	8,00%	13,60%	11,90%	14,00%	10,40%	11,10%	22,20%
Divergência com os líderes das organizações	14,70%	3,90%	1,70%	2,30%	4,30%	11,10%	11,10%
Descrença com esta instituição	6,70%	12,60%	5,10%	0,00%	26,80%	21,60%	11,10%
Outros motivos	17,30%	9,70%	3,40%	4,70%	9,10%	9,30%	11,10%
Não respondeu	2,70%	4,90%	5,10%	4,70%	2,40%	8,40%	0,00%
Não sabe	1,30%	0,00%	3,40%	0,00%	0,00%	1,60%	22,20%

Fonte: PEA-Pescarte (2015-2016).

Esta evidência, constatada nos dados da tabela 2, se aproxima da perspectiva pluralista das motivações humanas que foram tipificadas por Elster (2007) em três bases para ação coletiva: o interesse, a paixão e a razão. Esta perspectiva pluralista coloca um problema para a teoria da escolha racional, visto que esta trata todos os indivíduos como iguais, motivados por um conjunto de interesses que se reduz a uma única variável, de interesses que podem ser quantificáveis, como pressupõe a tese dos incentivos seletivos de Olson (2011).

Ao contrário das teses da escolha racional, as ações dos indivíduos não são homogêneas, mas possuem múltiplas ordens de motivações que não se explicam unicamente pela distribuição de incentivos seletivos materiais e econômicos. Há uma outra ordem de incentivos que estão na base das motivações humanas que podem oferecer possibilidades para ação coletiva.

Segundo os dados expostos na tabela 2, três motivações foram as mais frequentes nas respostas oferecidas pelos pescadores: falta de interesse, nunca foi convidado para participar e falta de tempo. A motivação mais frequente foi a falta de interesse, que evidencia uma recusa racional pela associação como estratégia para obtenção de ganhos individuais e coletivos. Para Elster (2007), o interesse como motivação para ação coletiva se refere à busca de vantagens pessoais ou grupais, que podem ser expressas na forma de dinheiro, poder, honra e status. A falta de interesse, por outro lado, funciona como um dispositivo ideológico que aponta para uma direção oposta aos valores coletivos, básicos para formação da confiança e solidariedade, e indica uma tendência a não acreditar em soluções de ordem coletiva para a solução dos problemas vivenciados.

A segunda ordem de motivação mais frequente que obsta a participação nas Colônias e Associações é a alegação de não participar por não ter sido convidado. Para Belo e Peixoto (2019), esta motivação sugere um potencial de participação futura neste grupo, que depende de um estímulo para participação dado por alguém já mobilizado. Este é um dilema da ação coletiva que Taylor (1991) tentou solucionar com a tese dos incentivos sociais, que consiste nos vínculos que as pessoas possuem umas com as outras (vínculos familiares, de vizinhança, de amizade, companheirismo e trabalho). Estes incentivos surgem quando “um indivíduo se une, contribui ou participa, porque tácita ou abertamente é pressionado por amigos, colegas, companheiros de trabalho, ou por companheiros da célula local da associação” (TAYLOR, 1991, p. 130). No entanto, a eficácia dos incentivos sociais depende da vinculação dos indivíduos com pessoas que já estão previamente mobilizadas. Para tanto, é necessário que no interior das redes sociais dos indivíduos se forme uma “massa crítica”, na definição de Oliver e Marwell (1988), que equivale a um subgrupo formado por pessoas que são capazes de financiar por sua própria conta o bem coletivo do grupo e influenciar a ação dos demais membros do grupo.

O problema que se coloca neste caso é saber como a “massa crítica” se forma no interior dos grupos sociais, isto é, sob quais motivações e condições um conjunto de pessoas se torna uma massa crítica dentro de um grupo, desencadeando o processo de ação coletiva. Mais uma vez o problema da cooperação para aqueles que necessitam de um impulso à mobilização fica sem solução. Nos casos de sucesso de coordenação de ação coletiva, como na análise das revoluções camponesas feita por Taylor (1991), o problema da cooperação é solucionado com a existência

de um empresário político, um empreendedor da ação coletiva, papel assumido por determinados dirigentes políticos que são catalizadores da participação dos demais membros do grupo e oferecem ao grupo um impulso organizativo capaz de mobilizar os demais membros.

Além das questões de natureza social, outra ordem de fatores influi na capacidade de participação dos indivíduos em ações de cunho coletivo, afetando, sobremaneira, a extensão dos laços sociais. Para um grupo de pescadores entrevistados, a ausência em atividades associativas, como a participação na Colônia e Associação, é motivada por questões objetivas como a falta de tempo (BELO; PEIXOTO, 2019). Parte dos que os pescadores declaram como “falta de tempo” está relacionada às características do trabalho da pesca, sobretudo, quando este trabalho é exercido em alto mar, que demanda um tempo grande de reclusão no ambiente marinho. Dois depoimentos nos grupos focais são representativos das condições objetivas para participação:

Se tiver uma Colônia forte, porque o pescador não tem tempo. O pescador, ele vive no trabalho, fica pescando. [...] Porque eles [os pescadores] não têm condições, eles vivem de pesca. Chegam de manhã, uma hora têm que pescar de novo, como que o cara faz? (pescador C. de Arraial do Cabo).

Eles não têm tempo de ir pra uma reunião, porque esses caras pescam a madrugada toda. Quando chegam, pesam o peixe e já tá na hora de ir pra casa. Dormem um pouco e já tá na hora de voltar. O que que acontece? Então, nenhuma dessas... nenhuma dessas [associações e colônia] funcionam do jeito que deveria funcionar (pescador G. de Arraial do Cabo).

Contudo as dificuldades objetivas que a natureza do trabalho da pesca impõe à participação em espaços coletivos oficiais, como as Colônias e as Associações, não inibem todas as formas de ação coletiva. Parte dos arranjos cooperativos ocorre no interior do barco, onde se forma um tipo de associação da pesca que extrapola os laços de confiança familiares, como pode ser evidenciado no depoimento que se segue de uma pescadora de Quissamã, oferecido durante o grupo focal realizado neste município:

Uma coisa que eu acho que são solidários na pesca são os pescadores do mar, mas lá dentro do mar. Se o barco do filho dela quebra, o marido dela que não tem nada a ver com o barco, mas ele vai lá e ajuda. [...] Mas na hora de unir força pra poder buscar uma coisa não tem. Falta isso na pesca. [...] A pessoa faz protesto pra ganhar dinheiro [...], porque se não fosse pra vim dinheiro certo, [...] ninguém participava de manifestação (pescadora M. L. de Quissamã).

O barco não é para o pescador apenas a sua unidade de trabalho e produção ou meio de locomoção, mas é também uma unidade associativa, que une os pescadores em um tipo de laço social de natureza “imediata”, que corresponde a “ações isoladas, de curto prazo e alcance, orientadas por relações de parentesco ou vizinhança” ou de trabalho, que se diferem de ações coletivas de viés comunitário, fortemente institucionalizadas e de perfil mais horizontal e emancipatório (DRUMMOND; FELIPPE, 2003, p. 209), que estabelecem um caráter de comunidade cívica, como um tipo de capital social que Putnam (2000) observou como parte da cultura política do norte da Itália. Os vários depoimentos oferecidos nos grupos focais evidenciam este caráter restrito dos laços de solidariedade presentes entre os pescadores artesanais:

A ajuda vem dos próprios pescadores. Um ajuda o outro quando precisa. Da Colônia, mesmo, a gente não tem ajuda (pescador J. de São João da Barra).

Os pescadores se ajudam. Sobre isso [união e confiança entre os pescadores], os pescadores são unidos (Amaro, pescador de São João da Barra).

Pescador que é pescador ajuda um ao outro, porque sabe a dificuldade que passa. Independente se é homem ou se é mulher, o pescador se junta quando um preciso. O pescador chega junto tanto homem quanto mulher (pescador C. de Campos).

Quando um barco quebra [...] o pescador ajuda o outro... quando o barco quebra o outro fala assim: 'oh, estamos aqui pra apoiar vocês'. [...] as pessoas ajudam, mas o bom seria se a Colônia ajudasse (pescador J. de Arraial do Cabo).

Nota-se que os laços de solidariedade gestados entre os pescadores artesanais são, em sua maioria, redes de ajuda mútua acionadas em situações de crise e se mantêm como arranjos informais que caracterizam, em maior medida, nossas relações sociais. Deste modo, tais ações, embora constituídas por fortes laços de solidariedade, não são capazes de promover relações mais institucionalizadas, que gerem benefícios comunitários. Em grande parte dos casos estas redes se constituem como mecanismos de compensação, acionadas quando as ações públicas são insuficientes para atender as demandas das comunidades e revelam fragilidades nos laços entre os órgãos representativos da pesca e a população de pescadores, como expõe o depoimento seguinte de um pescador de Arraial do Cabo

O pescador se ajuda, mas pra melhorar, pra que tudo que ela falou venha a funcionar (cooperativa) o pescador precisa da colônia do lado dele, e o pescador ser do lado da colônia. Precisa do ICMBio tirar a máscara e tomar vergonha na cara e se voltar pra pesca. [...] Precisa que o governo municipal ajuda a pesca e o pescador, porque na família dele tem gente que também pescou. (...) Então precisa disso, porque se isso não acontecer nada do que ela falou vai acontecer. (...) porque o pescador vai formar, mas eles [governo e lideranças da pesca] vão destruir. (pescador M. de Arraial do Cabo)

O tipo de arranjo de ação coletiva observada entre os pescadores se aproxima de um tipo de relações sociais típico do comportamento familista, que Banfield (1958) denominou de “familismo amoral”, por se constituir em um conjunto de laços sociais e sentimento de pertencimento que não se prolonga para além do ambiente familiar; são formas de colaboração que não extrapolam os limites da solidariedade familiar. Contudo, antes de ser uma recusa irracional à participação, ou uma falta de compromisso moral, como pressupôs Banfield (1958) ao analisar as causas do atraso econômico de sociedades rurais do sul da Itália, a existência de um *ethos* familista se configura como uma estratégia encontrada para superação dos problemas da vida cotidiana diante da falta de condições objetivas para participação. Elisa Reis (1995), ao realizar uma releitura do conceito, procura explicar o comportamento familista a partir de fatores econômicos e sociais e não por traços psicológicos de uma suposta recusa irracional à adoção de um *ethos* associativo. Para Reis (1995), as causas do comportamento familista ajudam a pensar o problema da escassez de recursos como fator de corrosão da solidariedade cívica e de prevalência dos interesses imediatistas.

Entre os pescadores artesanais do estudo, o *ethos* familista foi observado a partir de um conjunto de ações em rede e pequenas articulações entre vizinhos, parentes e colegas de embarcação que atuam de forma pontual na solução de problemas cotidianos, como doenças, dificuldade em obtenção de materiais de trabalho ou de acesso a crédito.

Não obstante, é importante observar que nem todos os laços sociais mantidos nas comunidades pesqueiras se caracterizam por um tipo puro de familismo, porque em várias ocasiões eles ultrapassam os limites do ambiente doméstico e se constituem em alianças mais amplas que

abrangem vários membros da comunidade, como as relações de trabalho estabelecidas no barco, embora não sejam intermediados por relações institucionalizadas, ao nível de constituírem uma comunidade cívica.

Diante do que foi aqui apresentado, pode-se afirmar que a maioria dos pescadores artesanais da Bacia Sedimentar de Campos não reconhece a ação comunitária e associativa como meio mais eficaz de solução dos problemas que afligem a pesca. Eles preferem se dedicar aos cuidados e necessidades da família. Deste modo, entende-se que este comportamento familista embora tenha um papel fundamental no sentido de excluir outras relações sociais, como tornar a vida associativa menos vibrante nas comunidades pesqueiras, não possui as características pretensamente amorais imputadas por Banfield (1958). Portanto, o termo “amoral” não se encaixa na descrição dos laços sociais destas comunidades, dado que as relações sociais de caráter familista são igualmente pautadas por normas de obrigação e reciprocidade. Ademais, este tipo de comportamento possui importância na vida destas pessoas por ser configurar na aquilo que Manuel Villa verde Cabral (2003) considera como sendo estratégias de sobrevivência e de melhoria das condições econômicas dos grupos domésticos, afetados, em sua maioria, pela precariedade de recursos materiais e simbólicos para generalizar formas de ação coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recuperando os marcos teóricos apresentados na parte de revisão de literatura, procurou-se analisar as formas de ação coletiva existentes nas comunidades pesqueiras e verificou-se que tais comunidades apresentam dilemas cooperativos semelhantes aos encontrados pelo estudo de Banfield (1958) em áreas rurais do sul da Itália: não há nas comunidades pesqueiras uma disposição assumida em participar de atividades públicas, pois grande parte dos pescadores não acreditam nas vantagens decorrentes da participação em ações associativas e comunitárias. A descrença em soluções advindas da participação, bem como as dificuldades objetivas impostas pela rotina de trabalho no mar e as privações de todas as ordens levam a maioria dos pescadores a uma decisão racional que corresponde à dedicação exclusiva dos interesses e necessidades da família e dos mais próximos.

Além disso, o baixo grau de participação dos pescadores em ações comunitárias e associativas não corresponde a uma falta de solidariedade entre as pessoas, visto que foi possível observar ações solidárias nos fortes laços familiares, profissionais e de grupos religiosos. No entanto, é evidente que a maioria dos pescadores não encontram incentivos para participar de ações coletivas mais amplas e grande parte carece de condições objetivas para realizar o esforço de participação ativa. Na ausência de incentivos – sejam de natureza social ou material –, de condições objetivas e na falta de lideranças que sejam um centro catalizador para ações de cunho associativo resta a estes indivíduos a proteção da família, as relações de solidariedade no barco e a receptividade, o apoio material e espiritual que encontra nos grupos religiosos. Na ausência de uma solidariedade cívica, como bem lembrou Reis (1995), os indivíduos preferem adotar uma concepção de solidariedade restrita imediata (DRUMOND; FELLIPE, 2003), que se assemelha ao “familismo amoral” de Banfield (1958), mas que diante da ausência de condições objetivas e subjetivas para arriscar uma ação coletiva de caráter mais amplo, o familismo dos pescadores artesanais não assume um caráter negativo e não pode ser pensado como uma variável estrutural que explica o quadro social da pesca, mas é antes um mecanismo de resistência e sobrevivência dos pescadores artesanais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR GONZÁLEZ, Fernando. La logica de la cooperacion. *Zona Abierta*, Fundación Pablo Iglesias, Madrid, n. 54-55, p. 7-42, 1990. Ejemplar dedicado a: Intereses Individuales y Acción Colectiva.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). *Bacia de Campos*, 2017. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/rodadas-de-licitacoes/14-rodada-de-licitacoes/bacia-de-campos>>. Acesso em: 27 maio 2020.
- AXEROLD, Robert. *La evolución de la cooperación*. Madrid: Alianza, 1984.

- BANFIELD, Edward. C. *The Moral Basis of a Backward Society*. New York: The Free Press, 1958.
- BELO, Diego Carvalhar; PEIXOTO, Vitor de Moraes. Capital Social e associativismo dos pescadores artesanais de municípios limítrofes à Bacia de Campos: análise a partir dos dados do Projeto PEA-Pescarte. *Revista Agenda Social*, Campos dos Goytacazes, n. 1, v. p. 28-46, 2019.
- CABRAL, Manuel Villaverde. O Exercício da Cidadania: Política em Perspectiva Histórica (Portugal e Brasil). *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 31-60, 2003.
- DRUMMOND, José Augusto; FELIPPE, Carlos Artur. Capital social à beira da Baía da Guanabara. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 3, 2003, p. 155-215.
- ELSTER, JOHN. *La explicación del comportamiento social*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.
- KOLLOCK, Peter. SOCIAL DILEMMAS: The Anatomy of Cooperation. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 183–214, 1998.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 208.
- OSTROM, Elinor. *El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 395.
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS (PEA-BC). *Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos*. Rio de Janeiro: SOMA/PETROBRÁS, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Bacia de Campos*, 2020. Disponível em: <<http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=bacia-campos>>. Acesso em: 27 maio 2020.
- PEA-PESCARTE. *Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE*. Campos dos Goytacazes: UENF, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Mitigação Ambiental PETROBRAS/IBAMA/UENF: Censo da Pesca*. Campos dos Goytacazes: UENF, 2015-2016.
- PORTILLO, Ignacio Gómez. *La evolución de la cooperación y el origen de la sociedad humana*. 2013. 143 f. Tesis Doctoral – Facultat de Ciències, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2013.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 295.
- REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 35-48, 1995.
- SIMON, Herbert. De la racionalidad sustantiva a la procesal. *Filosofía y teoría económica*, 1986, p. 130-171.
- TAYLOR, Michael. *The possibility of cooperation*. New York: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1987. p. 220.
- \_\_\_\_\_. Racionalidad y acción colectiva revolucionaria”. In: *Intereses individuales y acción colectiva*. Madrid: Pablo Iglesias, 1991. p. 103-148.
- TSEBELIS, George. Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: Edusp, 1998. p. 256.

## NOTAS EXPLICATIVAS

<sup>1</sup> Embora haja um conjunto maior de municípios limítrofes à Bacia Sedimentar de Campos, o recorte espacial realizado pelo Pescarte foi motivado pelos critérios de renda familiar, quantidade de pescado desembarcado, número de pescadores e vulnerabilidade socioeconômica das famílias dos pescadores artesanais, apontada no Diagnóstico Participativo do PEA-BC, realizado pelo Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos para identificar os níveis de relacionamento dos municípios com as atividades e impactos da atividade petrolífera. Neste sentido, cabe ressaltar que as vulnerabilidades socioeconômicas dos pescadores artesanais embasaram as justificativas da criação do Projeto Pescarte (PEA-PESCARTE, 2013; PEA-BC, 2012).

<sup>2</sup> Na teoria dos jogos, os resultados alcançados em cada jogo são representados por fórmulas mnemônicas expressas pelas letras R, T, O, P, onde R é uma letra mnemônica para Recompensa, enquanto P denota Penalidade, O deriva de Otário e T é mnemônica de Tentação (TSEBELIS, 1998). Na versão em inglês,

---

usada a letra S ao invés da letra O, como referência a “sucker” (otário). A teoria dos jogos demonstrou que o ato de cooperar soma sempre mais resultados positivos aos jogadores do que o ato de não cooperar. Assim, a relação  $R, T$  é sempre maior que a relação  $O, P$ . Em particular, quando se tem a relação  $R>T>O>P$  o jogo é definido como de harmonia, onde cooperar é sempre a melhor estratégia independentemente da estratégia do outro e, portanto, a cooperação evolui sem permitir a exploração. A inversão das desigualdades anteriores produz o conflito entre o bem público e o bem individual, implicando na dificuldade de promover a cooperação (AGUIAR, 1991; TSEBELIS, 1998).

- <sup>3</sup> Segundo Axerold (1984), a cooperação por reciprocidade evolui em três etapas: 1) no início a cooperação pode surgir em um mundo que impera a desconfiança e os interesses egoístas, no seio de grupos pequenos que realizam a cooperação com base na reciprocidade, ou seja, cooperam sempre que os outros façam o mesmo; 2) após a fase inicial, a cooperação, baseada na reciprocidade, evolui em ambientes dominados por outras estratégias menos cooperativas; 3) no final é que a cooperação, baseando-se na reciprocidade, consegue se proteger da invasão de outras estratégias menos cooperativas, demonstrando ser “coletivamente estável”
- <sup>4</sup> A pesquisa foi projetada para analisar múltiplas dimensões da pesca artesanal, compreendendo aspectos demográficos, sociais, econômicos, políticos, organizacionais, profissionais, de gênero e ambientais, divididos em nove blocos temáticos mais um inquérito alimentar.
- <sup>5</sup> A aplicação do questionário envolveu trabalhadores, de ambos os sexos, de todas as etapas da cadeia produtiva da pesca, desde a pré-captura (remendo e confecção de redes e embarcações), a captura (pescaria) e até a pós-captura (beneficiamento, processamento e comercialização do pescado).
- <sup>6</sup> Os grupos focais foram realizados em novembro de 2014, no final de março e durante o mês de abril de 2015.
- <sup>7</sup> Esta questão foi aplicada, no questionário, apenas aos entrevistados que declararam possuir conhecimento acerca da existência destas instituições em seu município ou localidade.
- <sup>8</sup> Vale ressaltar que é a Colônia de Pesca a responsável pelas emissões e regularizações dos documentos de profissionalização da atividade de pescador artesanal, necessários para a obtenção de benefícios sociais, como o seguro desemprego da pesca (seguro-defeso), pago pelo Governo Federal durante o período de defeso, quando a pesca está proibida, que consiste na época de reprodução das espécies. Para o recebimento do seguro-desemprego, o pescador artesanal deve estar inscrito no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), cuja emissão é feita pelo ministério na qual o setor da pesca está vinculado e intermediada pela Colônia de Pesca ou pelas Associações.